



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo uma notícia divulgada pela imprensa: “Em Macau, a velocidade da internet é lenta e as suas tarifas são caras. Em resposta à interpelação de um deputado, o representante da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações afirmou que, tendo como referência o produto interno bruto (PIB), as tarifas dos serviços de internet de Macau são as mais baratas do mundo, e acha que a velocidade da internet é aceitável. (...) Também testou a velocidade da internet por cabos de fibra óptica, mas cada uma delas apresentava velocidades diferentes, por isso, acha que são os *softwares* antivírus e os equipamentos informáticos que afectam a velocidade. O Governo incumbiu o Instituto Politécnico de Macau de fazer uma investigação sobre a velocidade da internet e esta foi considerada aceitável. Em termos de tarifas, de acordo com a investigação efectuada pela União Internacional das Telecomunicações em 2014, tendo como referência o PIB, aquele representante acha que as tarifas da internet de Macau são as mais baratas do mundo. (...) Leong San lo defendeu que ‘o tempo não foi suficiente para responder’, que ‘o Governo também não concorda com este relatório’ e que estava apenas a ‘fazer uma comparação’; mas insiste que as actuais tarifas estão a ‘combater a inflação’ e, comparativamente com os rendimentos, estas tarifas não sofreram quaisquer aumentos nestes últimos 10 anos<sup>[1]</sup>”.

Perante isto, houve residentes, especialistas e académicos que ficaram surpreendidos com a resposta do Governo, pois este não concorda com o referido relatório, não divulgou os dados nem as conclusões da investigação efectuada pela entidade a quem o próprio incumbiu de a fazer, mas usou as conclusões deste relatório como fundamentos na sessão plenária da Assembleia Legislativa, tendo então defendido junto dos deputados e da população que as tarifas de internet de Macau são as mais baratas do mundo e que isso é aceitável, mas, quando os deputados fizeram perguntas adicionais, o Governo mudou de ideias, afirmando que “também não concorda com este relatório”. Então, o próprio Governo não confia nos resultados do relatório, mas trouxe-os para a Assembleia Legislativa, a fim de explicar aos deputados e à população que os serviços de telecomunicações de Macau são



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

os mais baratos do mundo e que a velocidade da rede de internet é aceitável. Mas, segundo alguns residentes, o Governo está a tentar encobrir a realidade através destas justificações e, a par disso, não respeita a Assembleia Legislativa, o que demonstra uma omissão administrativa.

Segundo especialistas e académicos, o Governo afirma que as tarifas de internet de Macau são as mais baratas do mundo e que a velocidade da rede de internet é aceitável, mas, segundo alguns residentes, o respectivo sinal é fraco, as interrupções são frequentes, a velocidade é lenta como uma tartaruga e as tarifas são muito caras. O Governo deve, com toda a determinação, implementar a governação científica, devendo então incumbir uma outra entidade de prestígio, e reconhecida internacionalmente, de efectuar investigações e estudos, por forma a dar resposta às exigências da sociedade e da população, que pretendem usufruir de serviços de telecomunicações com qualidade e baratos. Deve ainda proceder aos respectivos estudos científicos de comprovação, bem como imputar responsabilidades à entidade responsável pela investigação por ter elaborado um relatório não satisfatório. O Governo vai fazê-lo?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A população, bem como especialistas e académicos, pediram-me para perguntar o seguinte: “o Governo não concorda com o referido relatório, não divulgou os dados nem as conclusões da investigação efectuada pela entidade a quem o próprio incumbiu de a fazer, mas usou as conclusões deste relatório como fundamentos na sessão plenária da Assembleia Legislativa, tendo então defendido junto dos deputados e da população que as tarifas de internet de Macau são as mais baratas do mundo e que isso é aceitável, mas, quando os deputados fizeram perguntas adicionais, o Governo mudou de ideia, afirmando que ‘também não concorda com este relatório’. Então, o próprio Governo não confia nos resultados do relatório, mas trouxe-os para a Assembleia Legislativa, a fim de explicar ao deputados e à população que os serviços de telecomunicações de Macau são os mais baratos do mundo e que a velocidade da rede de internet é aceitável. Mas, segundo alguns residentes, o Governo está a tentar encobrir a realidade através destas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

justificações e, a par disso, não respeita a Assembleia Legislativa, o que demonstra uma omissão administrativa". Qual é a opinião do Governo sobre isto?

2. Segundo especialistas e académicos, o Governo afirma que as tarifas de internet de Macau são as mais baratas do mundo e que a velocidade da rede de internet é aceitável, mas, segundo alguns residentes, o respectivo sinal é fraco, as interrupções são frequentes, a velocidade é lenta como uma tartaruga e as tarifas são muito caras. O Governo deve, com toda a determinação, implementar a governação científica, devendo então incumbir uma outra entidade de prestígio, e reconhecida internacionalmente, de efectuar investigações e estudos, por forma a dar resposta às exigências da sociedade e da população, que pretendem usufruir de serviços de telecomunicações com qualidade e baratos. Deve ainda proceder aos respectivos estudos científicos de comprovação, bem como imputar responsabilidades à entidade responsável pela investigação por ter elaborado um relatório não satisfatório. O Governo vai fazê-lo? Vai esclarecer o público?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**Mak Soi Kun**

13 de Agosto de 2015

Referências:

<sup>[1]</sup> É inacreditável que, para o governante, as tarifas de internet de Macau sejam as mais baratas do mundo - Jornal do Cidadão, 11 de Agosto de 2015.